

Lulismo: três discursos e um estilo*

*Rudá Ricci***

Resumo:

Este artigo procura analisar as bases teóricas e, principalmente, práticas do que pode ser denominado lulismo, ou o modelo gerencial de Estado e governabilidade montado pelo governo Lula. Seriam três matrizes discursivas que compreenderiam o lulismo: o pragmatismo sindical, a conquista do mercado e o burocratismo/vanguardismo político. As três matrizes discursivas são embaladas, por fim, por um estilo carismático de relação direta com os eleitores.

Lulismo: inovação na política nacional e na cultura petista

Não se trata de um movimento político. O lulismo pode ser compreendido como uma tentativa de gerenciamento do Estado e da governabilidade política. Refere-se, portanto, ao campo estrito da engenharia política, não se constituindo num projeto de desenvolvimento. Enquanto modelo gerencial, o lulismo possui uma natureza sistêmica, voltada para sua própria existência, ressentindo-se de impasses exógenos, não previstos. Em outras palavras, possui uma ação marcada pelo pragmatismo que objetiva sua manutenção e reprodução enquanto força política.

O lulismo teve início na campanha de 1994, mas atingiu sua configuração atual em 2002, quando se arquitetou a campanha presidencial, cristalizando-se com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho daquele ano. Alterou profundamente o projeto inicial petista, que se orientava por um discurso estratégico afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 80 que, por sua vez, sustentavam-se na declarada autonomia política, à organização horizontalizada (com prevalência dos mecanismos de democracia direta), cujo discurso assentava-se no anti-institucionalismo e anticapitalismo. O discurso de então era popular, objetivava a inclusão social e política de amplas massas que se sentiam desalentadas. Embora esta matriz discursiva tenha sido traduzida no Manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores como socialista, anti-soviético e burocrático, de massas e democrático, o discurso petista sempre foi mais difuso e sensibilizou muitas organizações e lideranças populares justamente porque nunca adotou um referencial teórico muito nítido, revelando a forte presença do discurso católico progressista (mais especificamente, aquele que constituiu a Teologia da Libertação), fundado num sentimento solidário, de natureza comunitária. Não por outro motivo, o discurso original petista foi

* Texto produzido para o debate com Frei Betto, “Movimentos Sociais e Governo Lula”, organizado pela Cáritas Nordeste II, realizado em Recife, em 04/11/04.

** Doutor em Ciências Sociais, Professor da PUC-Minas.

sempre moralista, mais crítico que propositivo. Era um discurso de massas, fundado numa significativa cultura política difusa, que envolvia um amplo segmento social do país, acolhido pelas organizações progressistas da Igreja (principalmente católica). Daí seu forte apelo de massas, crítico, irônico, autônomo e, muitas vezes, aproximando-se do messianismo e do discurso mágico carismático. No PT, esta concepção materializou-se numa prática assembleísta, na estrutura em rede, constituída na multiplicidade de organismos de base (núcleos territoriais ou de segmentos sociais), A tomada de decisão interna percorria, então, um invariável processo de debates cumulativos que, em determinado momento, foi denominado por alguns dirigentes do partido como “consenso progressivo”, onde as divergências eram provisoriamente postas em suspensão até que o consenso fosse atingido.

Contudo, por incapacidade política desta matriz discursiva original superar o comunitarismo e forjar uma nova institucionalidade política, outras correntes políticas que fundaram o PT e que, até meados dos anos 80, apareciam como marginais na constituição da identidade petista, passaram a ocupar espaços estratégicos e, paulatinamente, reconstruir o projeto partidário. Esta inflexão que ocorre nas sombras teve início no interior da estrutura burocrática da seção paulista do PT. Ali, pela primeira, uma estrutura burocrática se consolida, criando no partido um primeiro sistema de controle político interno, a começar pela mobilidade dos funcionários da Secretaria de Organização e, mais tarde, da Secretaria Geral da Executiva Estadual do PT paulista. Na segunda metade dos anos oitenta, esta estrutura de controle consolida um núcleo dirigente, com nítida função política sobre o conjunto dos diretórios municipais paulistas. Tal estrutura de controle terá na Executiva Estadual da seção paulista do PT seu núcleo duro de direção. Este núcleo de controle instalado no coração da burocracia partidária era composto por dirigentes de antigas organizações de esquerda, o que alterava significativamente o escopo teórico-conceitual original do PT. O primeiro sinal de avanço desta nova força política sobre a prática partidária foi o controle das campanhas eleitorais majoritárias do PT, no início dos anos 90. A partir de então, o discurso de campanha e seu programa, a agenda dos candidatos e o perfil de marketing passaram a ser mais e mais controlada pela burocracia partidária. O passo seguinte foi a conquista, pela burocracia partidária paulista, da Executiva Nacional do PT, passo que se revelou mais complexo. Algumas figuras públicas deste rearranjo tiveram uma carreira no interior da direção partidária peculiar, distinta do que ocorria com líderes sindicais e de movimentos sociais ou até assessores dessas organizações sociais. A direção partidária, que até então se forjava e se legitimava nas frentes de luta sociais, passava a assumir um novo papel, onde o conhecimento sobre a distribuição das diversas forças políticas partidárias e a capacidade de negociação ou controle da política

interna suplantavam a capacidade de mobilização de massas. O saber partidário, enfim, se alterava.

As campanhas eleitorais presidenciais de 1994 e 1998 incorporaram outro elemento que se associou ao poder político da burocracia partidária: o saber técnico na construção do programa partidário. Até então, o programa partidário e de campanhas eleitorais era construído a partir de um complexo mecanismo de consulta e formulação gradativa dos consensos. Este método era uma clara herança da matriz discursiva original do PT, onde o consenso era construído a partir de mecanismos de participação direta dos filiados do partido. A partir de 1994, esta metodologia foi se alterando rapidamente e os profissionais de cada área, articulados pelo corpo técnico de economistas e, mais tarde, pela direção de campanha e de marketing, assumiram um papel decisivo na elaboração das propostas partidárias. A partir da segunda metade dos anos 90, o saber técnico passou a substituir os mecanismos de consulta de base.

A fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico gerou uma nova estrutura partidária, mais centralizada, mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa que deu vazão, ao que denominamos de lulismo. O lulismo, em outros termos, é mais personalista e centralizador e busca a sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária. É, efetivamente, o oposto do processo de legitimação do primeiro período do PT, onde o consenso construído num longo processo de debates internos, com ampla participação e poder da base partidária é que definia a confiança interna e legitimava a direção partidária. produzido pelos dirigentes e lideranças do partido.

O lulismo é, portanto, uma nova faceta da organização, mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas, buscando recompor a correlação de forças partidárias, na tentativa da montagem de um projeto hegemônico que sustente a sua reprodução política. Mas é mais inflexível com as forças internas do partido, porque mais controlador, mais centralizador e menos pluralista.

O lulismo compõe-se de três matrizes discursivas mais nítidas que sustentam um equilíbrio dinâmico interno, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção. São elas: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo partidário e o discurso técnico de gerenciamento do mercado.

O primeiro discurso: o pragmatismo sindical

A primeira matriz discursiva que compõe o lulismo é originária da prática sindical desfechada pelo que em determinado momento a literatura especializada denominou de “novo sindicalismo”. O novo sindicalismo, contudo, não chegou a forjar um bloco muito unitário de dirigentes. Relatos

de dirigentes sindicais rurais revelam uma primeira divisão, ainda no período anterior à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre a condução política de dirigentes urbanos em relação à incipiente organização sindical rural. Concentrados no sul do país e, principalmente, na região da denominada Amazônia Legal, esses dirigentes rurais haviam passado pelo trabalho organizativo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), pelos encontros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas oposições sindicais. O trabalho de organização de base, a formação contínua desta base, a luta de massas, as bandeiras de mobilização que superavam o marco legal vigente e a estrutura organizativa horizontalizada marcavam o ideário e a prática desses dirigentes. Alguns agentes pastorais chegavam a afirmar que o lugar da política não era o Estado, mas a sociedade¹. Para os agentes da CPT, o cargo sindical deveria estar a serviço das comunidades rurais. Quando se inicia a articulação nacional de dirigentes que mais tarde criariam a CUT, as diferenças entre dirigentes rurais e urbanos começam a aparecer. Avelino Ganzer, que mais tarde seria o vice-presidente da CUT, afirma que no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980, as novas lideranças rurais do país se encontram pela primeira vez, representando todo território brasileiro. Contudo, neste encontro, os dirigentes rurais percebem o pouco espaço que as lideranças metalúrgicas e bancárias, em especial, conferiam para os temas relacionados ao campo. Por este motivo, foi rapidamente articulada uma reunião paralela no próprio ENTOES, onde dirigentes rurais exigiam respeito. Esta diferença política se manteve ao longo dos anos, demonstrando a hegemonia e grande dificuldade dos dirigentes urbanos em se articular, para além do mero apoio logístico ou político, às lutas rurais.

Uma segunda divisão interna entre os dirigentes do “novo sindicalismo” parece ainda mais reveladora do que ocorreria mais adiante. O grande impasse que gerou a divisão entre dirigentes sindicais brasileiros no interior da CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) e na Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores, que teve seu ápice em 1983, quando da criação da CUT, foi o artigo 8º do Regimento Interno que normatizava o congresso nacional de criação da central sindical. O artigo 8º garantia, no caso de algumas direções sindicais se negarem a participar deste congresso nacional, a representação através das intersindicais estaduais. Abria-se, assim, a possibilidade de movimentos ou oposições sindicais virem a representar categorias sociais cujos sindicatos decidissem boicotar o evento. Dirigentes sindicais vinculados à Unidade Sindical (mais tarde, Conclat e CGT) defendiam a representação exclusiva

¹ Ver meu livro *Terra de ninguém* (Ricci, 1999), em que analiso a trajetória de constituição do sistema contaguiano de organização sindical e a emergência dos movimentos sociais rurais nos anos 80, que criaram uma profunda crise de representação no meio rural.

das estruturas sindicais vigentes, ou seja, limitada às diretorias de sindicatos, federações ou confederações sindicais. Vários dirigentes da Unidade Sindical assinaram um documento refutando a tese da organização da central sindical pela base, excluindo entidades sindicais por considerá-las reformistas. Esta divergência foi constitutiva da criação da CUT.

Contudo, nos anos 90, esta tese basilar que diferenciou a CUT das outras centrais sindicais criadas após sua fundação, foi gradualmente esquecida. As oposições sindicais, desde então, tiveram seu estatuto político reduzido e uma ampla estrutura organizacional foi construída pela central sindical, tendo à frente quatro a cinco categorias hegemônicas, com destaque para os metalúrgicos e bancários.

Nos últimos dez anos, a hegemonia original urbana, mais especificamente, metalúrgica e bancária da CUT, foi amadurecendo e objetivando-se num ideário profissional e pragmático de organização e negociação política. Esta objetivação pode ser ilustrada em quatro iniciativas da direção da central sindical, todas articuladas no início dos anos 90. Foram elas:

a) Enquadramento das Escolas Sindicais: a CUT, que até meados dos anos noventa possuía uma rede de escolas sindicais que contavam com uma importante autonomia pedagógica e uma relativa autonomia política, passaram a ser dirigidas e a seguir um programa determinado exclusivamente pela direção da central sindical. Um longo e doloroso processo de alteração da composição da direção das escolas sindicais², de sua programação e redefinição da fonte de financiamento teve início com um corte drástico de financiamento externo. Era o início de um processo de conformação da centralização política da central e otimização de sua estrutura administrativo-burocrática;

b) Participação em Câmaras Setoriais: a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista nas negociações da Câmara Setorial do Complexo Automobilístico significou mais uma importante inflexão do sindicalismo cutista. Até então, havia uma expressa proibição do congresso nacional da CUT realizado pouco antes da decisão do sindicato dos metalúrgicos. Sua participação teve início em dezembro de 1991³. A participação do setor metalúrgico da CUT, rompendo com resolução do congresso da central, significou uma forte inflexão deste setor hegemônico e inaugurou uma mudança de paradigma da ação sindical cutista. Ao participar de um fórum paritário de formulação de política industrial, este

² Destacavam-se, no período, as escolas 7 de Outubro (Belo Horizonte), Cajamar (São Paulo), Equip (Recife) e Sul (Florianópolis).

³ Ver Anderson (1999). As câmaras setoriais surgiram no final dos anos 80 (Decreto 96056, de maio de 1988 e Resolução SDI n. 13, de julho de 1989) com o objetivo de estabelecer diagnósticos de competitividade setorial. O acordo do setor automobilístico foi o que causou maior impacto público, embora funcionassem outras câmaras setoriais. Em 1995, as câmaras foram desativadas, sendo timidamente retomadas na gestão Lula.

segmento adota claramente um referencial que na literatura especializada ficou cunhada de *neocorporativismo*, ou a participação efetiva de representação sindical em arenas de decisão onde são gestadas ou reguladas várias políticas públicas, criando um arranjo de interesses privados e Estado.

O segundo discurso: vanguardismo e burocratismo de esquerda

A segunda matriz discursiva do lulismo funda-se na prática organizacional e no movimento político oriundo de um segmento partidário que se articulou internamente com graus diferenciados de estruturação e identidade, e cuja liderança ou força política nunca esteve diretamente vinculada à sua capacidade de representar ou mobilizar a base militante do partido. Este segmento político, cuja força reside em sua capacidade organizativa e administrativa iniciou sua projeção nacional em meados dos anos 80, a partir de um acordo político realizado no interior da Comissão Executiva da seção paulista do PT. Em outras palavras, é possível perceber que lideranças petistas carismáticas ou forjadas nas lutas sociais tiveram pouca influência em relação à estrutura organizacional e burocrática do partido, cedendo espaço político para este segmento político petista. A consequência imediata desta ação específica foi a construção da unidade de ação e controle da burocracia partidária, envolvendo especialmente as Comissões Executivas nacional e paulista do partido. Claude Lefort sugeriu que as burocracias, ao contrário das proposições de Max Weber, possuem ideologia e sustentam forças políticas hegemônicas. Citou, em diversos ensaios, o papel desempenhado pela burocracia soviética na orientação dos rumos políticos do bloco internacional sob seu controle. Este tipo específico de burocracia não se expõe publicamente, espraia-se por todos escaninhos administrativos e de controle partidário, forja normas e rotinas e, em especial, sustenta a posição política das suas correntes políticas. Este é um aspecto fundante do vanguardismo marxista⁴: o controle burocrático do partido e a atrofia dos fóruns públicos de debate e centralização do processo decisório partidário.

O terceiro discurso: a conquista do mercado

Esta vertente, à semelhança das outras duas matrizes, rompe com uma tradição petista fundada desde os primórdios do partido e ganha importância no interior do partido e meados dos anos 90. Até então, a economia sempre esteve subordinada à construção da hegemonia política e raramente aparecia como uma dimensão autóctone, determinada por uma operacionalidade específica. Na campanha de 2002, contudo, dois

⁴ É fato que no interior das correntes marxistas houve grande resistência à esta concepção de organização política. Originalmente, a maior expoente marxista que se opôs à esta orientação foi Rosa Luxemburgo. Paradoxalmente, os documentos iniciais de fundação do Partido dos Trabalhadores apóiam-se nesta crítica ao burocratismo e vanguardismo de esquerda.

documentos passaram a balizar um novo referencial de governança, inaugurada pelo lulismo: a Carta ao Povo Brasileiro e a Agenda Perdida. O primeiro documento foi elaborado pela coordenação de campanha e fazia um anúncio ao mercado. Já a Agenda Perdida consolidou uma referência para um programa de governo que articulava e aprofundava algumas das promessas contidas na Carta ao Povo Brasileiro. O rol de políticas nele apresentado acabou por fundamentar vários documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda, na gestão Lula.

A **Carta ao Povo Brasileiro** é assinada por Lula em 22 de junho de 2002. Possui uma estrutura conceitual subdividida nos seguintes compromissos⁵:

- a) A redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas;
- b) Combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas;
- c) Conjunto de reformas estruturais (reforma tributária, que desonere a produção; reforma agrária que assegure a paz no campo; reforma previdenciária; reforma trabalhista);
- d) Políticas estruturais que combatam o déficit habitacional, combate à fome e insegurança pública.
- e) Governabilidade: o documento revela uma preocupação nítida com a construção da governabilidade, denotando uma tendência a compreender a gestão Lula como pautada por uma quase coalizão nacional;
- f) Respeito aos contratos e obrigações do país: Este é o ponto mais significativo e original do documento se comparado à tradição petista, revelando uma forte inflexão na história petista. O documento afirma que a *premissa com a transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país*;
- g) *A segurança dos investidores não especulativos*;
- h) *O equilíbrio fiscal*.

Do que trata este documento, afinal? De uma declarada mudança de perspectiva política e estratégica do PT. Se compararmos com o eixo programático de 1989 e início dos anos 90, é facilmente percebida a ruptura com a identidade partidária que se assentava na moratória e auditoria da dívida pública, com uma política de reforma agrária pautada pela mudança da estrutura fundiária do país, com a redução dos lucros abusivos dos bancos privados. Trata-se de um discurso pragmático que procura declarar compromissos com a estabilidade da ordem econômica e política, aumentando a competitividade internacional do país.

⁵ Deste conjunto de políticas, destaca-se a mudança de concepção em relação à reforma agrária, afastando-se do tradicional discurso petista de “mudança de modelo de desenvolvimento” baseado na grande propriedade monocultora e exportadora.

Três meses depois, um grupo de economistas cariocas e paulistas (entre eles, Marcos Lisboa, da FGV-RJ e futuro Secretário Nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda na gestão Lula), divulga um documento intitulado “A Agenda Perdida: diagnóstico e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social”, onde se propõe analisar as causas estruturais da estagnação econômica e da desigualdade de renda no Brasil e discutir reformas microeconômicas. As bases da pauta sugerida pela **Agenda Perdida** aprofundam e criam uma coerência conceitual à “Carta”. Vejamos seus principais tópicos:

A. Dependência de poupança externa e instabilidade: *A evidência empírica de diversos países em desenvolvimento indica que, para uma taxa de crescimento da renda nacional de 5% ao ano, seria necessário que a taxa de investimento brasileira passasse de 20% para cerca de 25% da renda nacional.*

B. Necessita de recuperação da poupança pública: *O aumento do custo real do investimento e a dificuldade em manter os atuais níveis de poupança externa indicam a necessidade tanto de recuperar a poupança.*

C. Aumento do crédito privado: *o alto spread bancário é um dos responsáveis pelo reduzido nível de investimento na economia brasileira. Seus determinantes são de ordem microeconômica e seus principais componentes são os seguintes: a cunha fiscal (impostos e tributos sobre operações financeiras), o custo administrativo, a provisão para cobrir a inadimplência e o lucro da intermediação financeira.*

D. A ausência de efetividade das políticas sociais: a falta de efetividade da política social brasileira não advém da falta de recursos, nem da ausência de programas modernos e inovadores. A maior parte dos recursos, entretanto, não beneficia os mais pobres, que recebem menos de ¼ do total.

E. Fraco desempenho educacional:

F. Justiça do Trabalho e Previdência: *a universalização da seguridade social implementada pela Constituição de 1988 não distingue aqueles que contribuem para a Previdência daqueles que são atendidos sem ter contribuído para seus serviços. O fato de que os contribuintes que ganham em torno de um salário mínimo mudam muitas vezes de emprego e, em geral, demoram muito ou não conseguem obter a aposentadoria por tempo de contribuição.*

G. Reforma Tributária e aumento de oferta de bons empregos: *a eliminação do imposto e do monopólio sindical [criaria] concorrência entre diferentes sindicatos da mesma categoria, valorizaria a afiliação e tornaria a organização sindical mais responsável perante sua clientela. (...) Por fim, para evitar que toda negociação acabe na Justiça do Trabalho de dirimir conflitos entre as partes (...) devem ser resolvidos por meio de negociações diretas entre sindicatos e empresas (...). Em seu lugar [poder normativo da Justiça do Trabalho] deveriam ser criados sistemas de mediação e arbitragem, tanto públicos quanto privados.*

H. Integração com comércio mundial e política industrial: *a baixa taxa de comércio do Brasil decorre parcialmente do protecionismo das economias avançadas (...).*

Políticas que aumentem simultaneamente importações e exportações reduzem a dependência em relação aos fluxos de capital externos.

Políticas de Expansão de Crédito: Alguns custos fiscais, como a CPMF, incidem sobre o montante da operação realizada, e não sobre o valor do serviço gerado, tendo conseqüências importantes sobre o spread bancário que depende dos prazos do crédito concedido ou obtido. Os devedores não vêem a cobrança judicial como uma forma crível de recuperação do crédito [e] (...) usam a Justiça como forma de postergar seus pagamentos. (...) Por fim (...) o longo processo de falência implica, na melhor das hipóteses, o recebimento dos créditos concedidos em valores depreciados.

J. Previdência e Gestão do Estado: Não há uma análise sistemática dos programas [sociais], em particular, da proporção de recursos gastos com atividades-meio em relação às atividades-fim da ação pública Um dos fatores responsáveis pelo aumento do gasto público nas últimas décadas é a Previdência Social. (...) Se o sistema em vigor permanecer, por volta de 2020, teremos de escolher entre aumentar a idade de aposentadoria, cortar benefícios, elevar as contribuições ou financiar ainda mais o programa com impostos cobrados de toda a sociedade.

Os dez itens destacados acima revelam uma agenda de ação governamental, buscando interpretar e garantir as expectativas dos agentes econômicos. Há um eixo de argumentação ou diagnóstico inicial que organiza as análises e proposições subsequentes. Este eixo articulador parte de uma tríplice constatação: a) é necessário reverter a baixa taxa de investimento nacional; b) para tanto, faz-se necessário recuperar a poupança pública e; c) estimular e garantir o aumento do crédito privado.

É deste diagnóstico que nasce uma agenda de reformas, que objetiva criar um ambiente de confiança e segurança nos investimentos diretos. Reformas da Justiça do Trabalho, Previdência, Política Tributária somam-se ao equilíbrio e estímulo simultâneo às exportações e importações. Paralelamente, sustentando um cenário de coesão social e crença no desenvolvimento, sugere-se maior efetividade das políticas sociais, destacando-se melhoria do desempenho educacional. As políticas sociais compõem um ambiente econômico propício para reverter a dependência do fluxo de capital externo. Daí a persistência em denunciar a falta de efetividade da política social brasileira não como ausência de recursos, mas como “má focalização dos gastos sociais” (P. 45 do referido documento). O documento afirma que existiria uma estimativa que menos de 25% do gasto social beneficiaria efetivamente a população pobre.

A focalização é apresentada como ordenamento do gasto social, acompanhada de um rigoroso sistema de avaliação de resultados. Em termos práticos, a sugestão em relação à política social é assim apresentada:

1. Agir diretamente sobre a desigualdade: o crescimento econômico é impotente de reduzir a pobreza em situações de profunda desigualdade social, como o caso brasileiro;

2. Políticas estruturais e compensatórias: expansão da capacidade de geração de renda dos pobres (aumento de produtividade ou garantia de valorização do que produzem), aumentando o acesso à educação, crédito produtivo popular e terra (reforma agrária); além de programas de transferência de renda sem transformação de capacidade de geração de renda (como é o caso da aposentadoria rural). Educação e aumento da qualificação de trabalhadores pobres é destacado como eixo desta intervenção estatal;
3. Políticas sociais e crescimento econômico: o documento sugere a preparação da população mais pobre para que aproveitem o futuro processo de crescimento (com possível entrada de capital produtivo no país, investimentos domésticos e avanços tecnológico). Sugere apoio à produção popular, garantindo condições de comercialização e acesso a mercados, incluindo o de crédito;
4. Setor privado e provisão de serviços: o documento questiona se a produção de serviços públicos deve ser realizada exclusivamente pelo setor público ou em conjunto com o setor privado, “trazendo maior eficiência à produção” (p. 49);
5. Descentralização: estímulo à participação local como forma de aumentar tanto a eficiência quanto a flexibilidade no desenho das políticas sociais;
6. Unificação do orçamento social da União e coordenação de políticas.

Há uma combinação de ações que dialoga com várias escolas de pensamento em políticas públicas: focalização, políticas compensatórias, crédito popular e preparação para ingresso no mercado em expansão, de um lado e; reforma agrária, descentralização das políticas, coordenação central das políticas sociais e críticas à vinculação do crescimento econômico como possibilidade de diminuição da desigualdade social, de outro. Um arranjo programático da área social que procura não transparecer certa ambigüidade ou discurso heterodoxo em excesso. A ambigüidade aparece justamente porque as políticas sociais se subordinam à criação de um ambiente seguro para os investimentos econômicos e oferta de crédito privado.

Os documentos disponibilizados pelo Ministério da Fazenda a partir da posse da gestão Lula adotam esta perspectiva na sua totalidade. Um exemplo é a Agenda do Crescimento e o Roteiro para a nova agenda de Desenvolvimento Econômico, de 17 de junho de 2003. Na Agenda do Crescimento, em seu capítulo “objetivos da política econômica de 2003”, são destacados os seis itens que caracterizaram a ação governamental no período: reverter a aceleração inflacionária; reduzir as taxas reais de juros de mercado; assegurar a solvência externa; alongar a dívida pública; garantir a sustentabilidade das contas públicas; assentar as bases do crescimento em 2004-2007. Já no caso do Roteiro para a nova agenda de Desenvolvimento

Econômico, os objetivos centrais desta agenda são: promoção do crescimento econômico sustentável com melhoria do bem estar social e aumento do volume de comércio exterior. Redução do custo Brasil, com investimento em infraestrutura, comércio externo e investimento tecnológico industrial são articulados como ações prioritárias. Daí desponta a possibilidade das Parcerias Público-Privado no investimento em energia, transporte e saneamento básico. A relação entre setor público e setor privado é destacado ao longo de todo documento.

É perceptível a ausência de identidade com o discurso desenvolvimentista clássico, restringindo-se à tímida tentativa de cimentar as bases para o crescimento nos próximos quatro anos. Antes da divulgação desses dois documentos, alguns economistas petistas, como Maria Conceição Tavares, sustentaram uma dura crítica nos jornais da grande imprensa, em especial, no que tange à proposta de focalização das políticas sociais. Na mesma trilha, Márcio Pochman, outro economista petista e Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo, denominou a focalização de “inversão dos termos do debate”, porque atribui aos gastos sociais a responsabilidade única pela redução da desigualdade social brasileira. Para Pochman, ao contrário, as causas da desigualdade residem na financeirização da economia e à estrutura tributária regressiva. Outros economistas se seguiram criticando a focalização por excluir famílias que estariam acima da linha de pobreza, mas que vivem situação de precariedade e instabilidade, em especial, em países com frágil estrutura de mercado de trabalho.

Não há, a partir desta nova agenda, qualquer sugestão de alteração profunda da estrutura produtiva, o que inclui a estrutura fundiária do país, a adoção de impostos progressivos, discriminação dos investimentos públicos a partir de critérios sociais. Seria uma incongruência porque estabeleceria o conflito de interesses a partir da política econômica. E esta é a crítica velada que os documentos aqui analisados sustentam em relação à pauta tradicional da esquerda brasileira. Em suma, teria nascido um novo paradigma econômico petista (ou lulista) a partir de então.

O estilo: entre ser governo com popularidade e ser governo popular

Desde o início da gestão Lula, vários cientistas sociais travaram um debate acadêmico a respeito do seu estilo de governar. Uma das polêmicas iniciais foi a característica carismática explorada por Lula desde a campanha eleitoral. Esta foi a proposta do sociólogo José de Souza Martins. Em entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo, em novembro de 2002, Martins analisou o discurso de Lula como sedutor, porque a aparência do líder carismático é de alguém igual a todos, mas que carrega um dever social. É igual e diferente, ao mesmo tempo. E é diferente porque foi escolhido, quase em sacrifício. Sugeriu este estilo foi elaborado por padres

progressistas do ABC paulista, mas que se espalhou pelo país através das Comunidades Eclesiais de Base. Esta proposição analítica, embora instigante, parece confundir criatura com criação. Lula possui traços carismáticos desenvolvidos desde sua época de líder sindical. Nunca houve ingenuidade em relação à produção simbólica da liderança de Lula. Contudo, o governo Lula (e, conseqüentemente, o lulismo) não se resume a este estilo pessoal. A composição básica do governo Lula atualiza alguns elementos centrais do ideário da esquerda latino-americana (que, aliás, lança mão, de tempos em tempos, do discurso carismático). O profissionalismo e o etapismo político constituem a pauta que orientou a ação do PCB, em especial, ao longo de seus primeiros cinquenta anos de existência. Também compõe este ideário o projeto desenvolvimentista-progressista. No caso do lulismo, o projeto desenvolvimentista se subordinou à lógica de alianças, embora mantenha a articulação pluriclassista que geraria a governabilidade necessária para que o Estado promova as reformas historicamente necessárias. O Estado, assim, permanece no lulismo como protagonista da ação pública. Como se percebe, ocorre uma ruptura significativa com o ideário original do PT, onde a sociedade civil organizada era protagonista das mudanças sociais e políticas.

O carisma de Lula, portanto, compõe uma estratégia racional de gestão. Não possui os elementos clássicos do messianismo, a oposição aos limites impostos pela tradição ou legalidade. Ao contrário, os traços carismáticos são empregados como mediação e não como fim. O arco de alianças é forjado a partir da capacidade de Lula em atrair e seduzir amplas massas sociais e, de outro lado, pela segurança que pode garantir aos agentes econômicos. Esta dupla face possibilita uma avaliação, por parte das forças políticas que integram o arco de alianças governistas, sobre os riscos e vantagens da composição. O carisma é um recurso utilizado à exaustão como um diferencial do lulismo, um ganho para a estabilidade do país. Não deixa de potencializar o vanguardismo de esquerda, na medida em que personaliza esta capacidade de governo ou é veladamente trabalhada como instrumento essencial para a estabilidade do país, até que a pauta reformista se complete. Assim, fica evidente que as reformas que garantirão a segurança para o mercado geram um custo social e político que outro líder não teria condições de conduzir. O apelo carismático possui este lugar e papel. Este ingrediente especial do lulismo, fundado na oratória carismática-cristã, somado à prática organizativa clássica da esquerda e projeto econômico de caráter liberal, cria um poderoso repertório político, embora insuficiente para desenhar um programa estratégico. Aliás, justamente porque é insuficiente que o carisma é empregado à exaustão. Trata-se de um instrumento racional de condução política, ao contrário do irracionalismo da dominação carismática clássica. É um estilo que dialoga com a cultura política ambivalente do país. A ambivalência da cultura política brasileira

sugere resquícios de uma organização social de tipo estamental. Assim, o estilo pessoal de Lula compõe a engenharia política operada pelo lulismo.

O lulismo reporta-se, assim, à uma leitura específica da esquerda brasileira, caudatária da crença do papel protagonista do Estado como ator privilegiado das transformações sócias e políticas do país. Uma leitura peculiar que se relaciona com o conceito de capitalismo tardio. consumo equivocados, induzindo à má utilização da poupança e consumo irracional. O Estado assumiria o papel de demiurgo de nosso desenvolvimento e ordenamento social. Daí decorreria uma profunda desconfiança à participação efetiva da sociedade no processo decisório das políticas públicas, redundando no que Claus Offe denominou de “estatalização da sociedade”, ou controle exacerbado das ações sociais pelas agências estatais. Os traços de nossa cultura política ambivalente reforçariam ainda mais a crença no protagonismo do Estado. O lulismo dá continuidade à esta leitura tradicional da esquerda brasileira e rompe com o que havia de mais inovador no petismo. Neste sentido, reaproxima a prática das esquerdas às práticas das elites políticas do país. Assume, assim, contornos conservadores em relação à prática política. E torna-se refém da busca permanente de popularidade, justamente porque os canais de contato direto do governo com a base social do país são obstruídos pela gestão altamente centralizada. O ciclo vicioso se completa e explica esta convergência peculiar entre discurso carismático, pragmatismo sindical e vanguardismo esquerdista.

O lulismo revela-se, assim, uma importante novidade sociológica e política para o Brasil. E é ainda uma novidade mais significativa para a trajetória do Partido dos Trabalhadores e a construção de um ideário democrático-popular em nosso país. E, como prática de esquerda, é uma volta para o futuro.

Bibliografia

- ANDERSON, P. (1999). “Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados (1991-1995)”. *IPEA Texto para Discussão*, n. 667.
- BOITO Jr., A. (1991). *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- RICCI, R. (1999) *Terra de Ninguém*. Campinas: Editora Unicamp.
- SOARES, L. T. (2004). “Políticas e movimentos sociais”, In SADER, E. (org.), *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.